

---

## As origens do dinheiro: abordagem ontogenética e abordagem histórico-estrutural

---

André Guimarães Augusto<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo desse trabalho é apresentar uma apreciação crítica da explicação de Carl Menger para a origem do dinheiro. Primeiramente é apresentada a explicação de Menger para a origem do dinheiro, interpretada como uma abordagem ontogenética de acordo com a sugestão de GEOFFREY HODGSON (1993). Em seguida apontam-se os fundamentos metodológicos da origem do dinheiro em Menger, a partir das categorias da metafísica de Aristóteles. Em seguida apresenta-se sumariamente a abordagem histórico estrutural de Marx para a origem do dinheiro contrapondo-se esta à abordagem ontogenética de Menger.

**Palavras Chave:** Dinheiro; Ontologia; Menger; Marx

### *The Origins of Money: Ontogenetic and historical- structural approaches*

**Abstract:** *The purpose of this paper is to present a critical explanation of Menger's origins of money. Menger's explanation of the origins of money is interpreted as a ontogenetic approach, according to Geoffrey Hodgson (1993) suggestion. The methodological fundamentals of Menger's origins of money is presented with basis in Aristotle's Metaphysics. At least Marx's historical-structural approach on the origins of money is synthetically presented in contrast with Menger's ontogenetic approach.*

**Keywords:** *Money, Ontology, Menger, Marx*

**JEL:** B13, B14, B 41

<sup>1</sup> Professor Associado do departamento de Economia da UFF. E-mail: [andre@economia.uff.br](mailto:andre@economia.uff.br)

## Introdução

Como fenômeno quase onipresente nas sociedades mercantis o dinheiro tem papel central nas teorias econômicas. A questão da origem e natureza do dinheiro está presente na teoria econômica desde a obra de Adam Smith, desaparecendo posteriormente nos modelos dedutivos de equilíbrio geral. No final do século XIX e início do século XX, no entanto, a questão da natureza e das origens do dinheiro foi objeto de intensa investigação e debate. No início do século vinte surgem obras que tratam do assunto em diversas áreas do conhecimento, como “*Staatliche Theorie des Gelds*” (1905) de Geor Frederich Knapp; “*Philosophie des Gelds*” (1900) de George Simmel e o “*les origines de la notion d monnaie*” (1914) de Marcel Mauss.

O objetivo desse trabalho é apresentar uma apreciação crítica da explicação de Carl Menger<sup>2</sup> para a origem do dinheiro. Primeiramente é apresentada a explicação de Menger para a origem do dinheiro, interpretada como uma abordagem ontogenética de acordo com a sugestão de GEOFFREY HODGSON (1993). Em seguida apontam-se os fundamentos metodológicos da origem do dinheiro em Menger, a partir das categorias da metafísica de Aristóteles. Em seguida apresenta-se sumariamente a abordagem histórico estrutural de Marx para a origem do dinheiro contrapondo-se esta à abordagem ontogenética de Menger.

Conclui-se que, em contraposição à abordagem histórico-estrutural, a abordagem ontogenética não é capaz de explicar a precedência do dinheiro em relação à sociedade mercantil e suas transformações qualitativas uma vez que está limitada a explicação das mudanças orgânicas na instituição monetária, pressuposta a sociedade mercantil.

### 1. A ORIGEM DO DINHEIRO EM CARL MENDER

Questionando porque os homens aceitariam bens de que não necessitam, Menger em seu artigo “*On the Origins of Money*” (1892), procura investigar

<sup>2</sup> A obra de Carl Menger (1840-1921) se situa no contexto da “revolução marginalista” junto com Walras e Jevons, trazendo o conceito de utilidade para o centro da reflexão econômica. A despeito disso muitas diferenças tem sido assinaladas entre esses autores, sendo ressaltada a peculiaridade de Menger no pensamento econômico. Menger é reconhecido por fundar a corrente austríaca da escola neoclássica, ressaltando o papel da subjetividade na economia, dos erros e desequilíbrios nos processos de mercado, antecipando as reflexões de Hayek e Kizner. Além disso Menger é conhecido pelo *Methodenstreit*, em que afirma o método dedutivo e o individualismo metodológico frente a Escola Histórica Alemã, traçando assim os aspectos que definiriam metodologicamente a maior parte da economia no século XX.

as origens do dinheiro<sup>3</sup>. O autor procura descrever um processo evolutivo da economia humana no qual a instituição monetária emerge. Por esse motivo é preciso ir além do dinheiro e redesenhar a sua origem no quadro geral da evolução econômica proposta por Menger, cujos traços se encontram em seus “Princípios de Economia Política” (1987). Seguindo a sugestão de HODGSON (1993), a explicação de Menger para a evolução da economia será apresentada por meio de uma analogia com o desenvolvimento do organismo de um indivíduo, no que se denomina uma abordagem ontogenética.

No seu estágio inicial, que por analogia com o desenvolvimento de um organismo individual podemos designar como “estado fetal”, a economia seria caracterizada por unidades familiares isoladas que produziriam para consumo próprio os bens de que necessitavam. Nesse estágio caracterizado pela auto-suficiência não há produção para a troca e somente os bens que atendem as necessidades imediatas dos indivíduos envolvidos na atividade econômica tem valor (Menger, C., 1987, p.353 e 359). Nunca é demais lembrar que para Menger o valor é um conceito subjetivo, que se refere à forma como os indivíduos se relacionam com as coisas, um ato intencional como será apresentado na seção seguinte.

No estágio seguinte, na “infância” da economia, começa a haver a troca. Menger não é muito claro quanto aos motivos da passagem do “estado fetal” para a “infância” do organismo econômico; duas indicações no entanto são apresentadas. A primeira delas é a passagem para um estágio mais desenvolvido na divisão do trabalho, no qual artesãos passam a oferecer serviços de produção sob encomenda (Menger, C., 1987, p.359). O segundo, mais subjetivo, se refere ao despertar na consciência dos indivíduos das vantagens da troca (Menger, C., 1987, p.353). Embora Menger não esclareça o que leva a esse despertar de consciência, a sua explicação para a passagem aos outros estágios de desenvolvimento do organismo econômico nos oferece a resposta para essa questão, conforme será desenvolvido mais adiante.

Mais importante para a compreensão da origem do dinheiro proposta por Menger é a natureza das trocas no estágio infantil do organismo econômico. Nesse estágio a demanda por bens se restringe àqueles que proporcionam satisfação imediata. Um indivíduo, portanto só trocaria os bens que possuem para ele um valor de uso menor do que o valor de uso dos bens possuídos por outros indivíduos e desde que os bens apresentassem para esse indivíduo uma importância inversa. A infância do organismo econômico seria assim caracterizada pela troca direta de produtos.

A troca direta de produtos, no entanto, traz conseqüências que impedem o pleno desenvolvimento do organismo econômico. Em primeiro lugar, a troca ficaria caracterizada como um monopólio bilateral; nessas condições os preços - a relação quantitativa de troca entre os bens - não refletem as condições

3 Embora o texto originalmente se refira a “money” em diversos momentos Menger distingue o fenômeno do dinheiro da moeda cunhada, que é apenas uma forma daquele (Menger, 1997, p.377)

econômicas gerais, isto é a relação entre o total de oferta e demanda de um bem (Menger, C. 1892). Por outro lado, o âmbito das trocas ficaria muito restrito, dada a casualidade do encontro entre dois indivíduos com escalas de valores inversa.

Mas, segundo Menger (1987, p.374), a consciência crescente dos interesses econômicos dos indivíduos e a “natureza das coisas” se conjugam para permitir a passagem para um novo estágio de desenvolvimento do organismo econômico. A natureza das coisas a que Menger se refere consiste nos diferentes graus de vendabilidade das mercadorias. De acordo com o número de pessoas que desejam a mercadoria e a extensão e intensidade de seu desejo, o território dentro do qual são vendidas, a sua oferta em relação à demanda não atendida e os intervalos de tempo dentro do qual entram no mercado, as mercadorias podem ser postas no mercado aos preços correntes com maior ou menor facilidade (Menger, C.; 1987, pp.362-372, 1892, IV e V).

Ainda de acordo com Menger, (1892, VI), alguns indivíduos, por meio da reflexão e da experiência, percebem a diferença no grau de vendabilidade das mercadorias. Movidos pela consciência de seu interesse econômico esses indivíduos se dispõem a aceitar a mercadoria de maior vendabilidade - mesmo que disponham desta ou que a mesma não tenha uso imediato para eles - em troca de mercadoria que ofertam e dessa forma aumentam as chances de obterem as mercadorias que desejam. As mercadorias com alto grau de vendabilidade passam então a funcionar como meio de troca. O organismo econômico entra então em sua fase juvenil, a das trocas mediadas.

Menger, (1892, seção IV; 1987, pp.375-376) assevera que o sucesso dos indivíduos que se engajam na troca mediada faz como que esses mantenham essa prática ao longo do tempo, gerando um hábito. Esse hábito gera um processo de aprendizagem no qual os outros indivíduos reconhecem a forma mais eficaz de satisfazer seus desejos<sup>4</sup> imitando o modelo bem sucedido. A troca mediada se difunde e com isso a demanda pela mercadoria que funciona como meio de troca aumenta, levando assim ao incremento do seu grau de vendabilidade, gerando um processo de retro alimentação. Como resultado deste processo a mercadoria que funciona como meio de troca passa a ser aceita como tal de forma generalizada, tornando-se dinheiro. No momento em que as trocas mediadas se generalizam e o meio de troca se torna universalmente aceito, os preços passam a refletir as condições gerais de oferta e demanda e o monopólio bilateral das trocas diretas é substituído pela concorrência (Menger, C.; 1987, VII). O organismo econômico entra em sua fase adulta, a das trocas monetárias.

4 Prefere-se nesse trabalho o termo desejo ao termo interesse, dada a hipótese de um paralelismo entre a teoria econômica de Menger e os trabalhos do filósofo austríaco Fraz Bretano, contemporâneo de Menger que o afasta da concepção de interesse da teoria neoclássica padrão. Segundo Smith, B. (1994), “Phenomena of interest arise when to the presentation of an object (...) there is added one of two diametrically opposed modes of relating to this object, which we might call *positive or negative interest* or also “love” and “hate”. The dichotomy in question is involved, according to Bretano in all mental acts and attitudes across the entire gamut of feeling, emotion and will.” (p.43)

É na fase das trocas monetárias que o dinheiro vai apresentar o desenvolvimento de suas formas e funções. Uma vez estabelecida a instituição do dinheiro pela ação dos indivíduos, a regulação estatal irá aperfeiçoá-la; através da cunhagem, por exemplo, o Estado irá fornecer a garantia da composição e do peso das peças monetárias. Cabe assinalar que Menger (1892, IX; 1987, pp.377-378 e pp.388-397), embora reconhecendo a importância do Estado no aperfeiçoamento da instituição monetária, se opõe a teoria cartista do dinheiro que vê a origem deste na ação estatal.

A partir da emergência da moeda como meio de troca que se desenvolve sua função de unidade de conta. Dada a generalização das trocas monetárias, segundo Menger, (1987 pp.384-387) tornar-se-ia impossível ou muito difícil a avaliação bilateral dos preços de compra e venda, bem como da equivalência entre os bens para determinado indivíduo; assim o dinheiro assume, por motivos de praticidade, a função de unidade de conta.

Na seção seguinte procura-se identificar as características gerais da explicação de Menger para a origem da moeda apresentada nessa seção, bem como identificar a concepção de sociedade - ou a ontologia social - que a fundamenta.

## **2. Fundamentos e limites da abordagem ontogenética**

Na explicação de Menger para a origem do dinheiro ressaltam-se duas características. A primeira delas é a origem espontânea do dinheiro como resultado não intencional da interação entre os indivíduos em busca da satisfação de seus desejos. A segunda é a possibilidade de situar a origem do dinheiro no sentido da evolução geral da economia, qual seja, o conhecimento crescente por parte do conjunto dos indivíduos do nexo causal que liga os bens à satisfação dos seus desejos. Esse dois aspectos permitem explicitar as bases ontológicas sobre as quais se erguem os argumentos de Menger.

Segundo a interpretação de Smith, B. (1994) é possível encontrar uma base comum entre os trabalhos de Menger e do filósofo austríaco Franz Bretano. Nesse sentido é possível afirmar que o ponto de partida de Menger são os indivíduos caracterizados pela intencionalidade, embora o conceito não seja utilizado explicitamente por Menger. A intencionalidade pode ser definida como uma ação mental dirigida a um objeto (Smith, B. 1994, cap.2). A intencionalidade pode ter vários modos - a representação, o julgamento e o desejo; é sobre esse último modo de intencionalidade que a teoria de Menger se centra. Assim, a economia pode ser entendida como um estudo das ações dos indivíduos dirigidas aos objetos de seus desejos. Em segundo lugar é preciso esclarecer que o objeto não é apenas uma coisa material, mas sim aquilo a que a ação mental se dirige, o que inclui outros estados mentais dos

indivíduos, acontecimentos e a ação e o estado mental de outros indivíduos (Smith, B. 1994, cap 2).

A intencionalidade aparece na definição de bens dada por Menger (1987). Os bens são definidos como coisas de que os homens podem dispor e nas quais reconhecem a capacidade de fazerem-nos passar do estado de necessidade para o de satisfação. A qualificação de algo como bem resulta assim da intencionalidade e não da propriedade intrínseca das coisas. A definição de bens a partir da intencionalidade também permite a Menger incluir entre os bens as ações úteis de outros, isto é as ações que estabelecem o nexo causal entre o estado de necessidade e o de satisfação (Menger, 1987, p.245-246).

Levando adiante a inclusão das ações úteis no conceito de bens, pode se perceber como são formados os vínculos que estabelecem a ordem social em Menger. O ponto de partida da criação dos vínculos é a busca de satisfação dos desejos por parte dos indivíduos; esse nexo da ação útil com a satisfação dos desejos pode ser estabelecido de forma direta por meio dos serviços e de uma série de outras ações úteis apontadas por Menger, dentre as quais a amizade e o amor (1987, p.246). Como as ações úteis são definidas por Menger como sendo bens, podemos apreender as ações úteis que satisfazem necessidades de forma direta como bens de primeira ordem.

Segundo Menger (1987, p.247), nem todos os bens reais ou bens coisas tem um nexo causal direto com a satisfação dos desejos; alguns bens estabelecem um vínculo indireto com a satisfação dos desejos ao servirem para produzir os bens de primeira ordem. A analogia com as ações úteis pode ser então levada adiante para incluí-las nos bens de ordem superior. Uma referência a explicação de Menger para a gênese do dinheiro pode esclarecer melhor essa analogia: ao realizarem a troca intermediada alguns indivíduos realizam uma ação que não tem vínculo direto com a satisfação dos desejos de outros indivíduos que permanecem praticando a troca direta; entretanto essa ação se vincula indiretamente a satisfação dos desejos dos outros indivíduos ao mostrar-se um modelo de ação bem sucedido. Assim, se a troca intermediada pela moeda se torna uma regra social é porque esta permite indiretamente a passagem dos indivíduos do estado de necessidade para o de satisfação. Generalizando, pode-se dizer que regras, hábitos e costumes, são seguidos porque permitem indiretamente a satisfação dos desejos dos indivíduos, podendo ser designados como bens de ordem superior.

Os argumentos apontados acima permitem esclarecer a ontologia social presente na obra de Menger. A sociedade é constituída por indivíduos caracterizados pela intencionalidade. Trata-se, portanto de um individualismo ontológico; deve-se esclarecer, no entanto que ao incluir a ação dos outros como objeto da intencionalidade de cada indivíduo o individualismo de Menger não pode ser caracterizado como uma visão atomística do mundo, uma vez que o vínculo entre os indivíduos já está incluído na intencionalidade (Smith, B.; 1994, p.329). Mas se a sociedade para Menger não é a mera soma

de indivíduos, ela também não tem existência como um conjunto unificado, um todo estruturado que é condição para a ação dos indivíduos e que seja compreensível em si mesmo.

Na ontologia de Menger o ser social é formado pela interseção - fazendo outra analogia matemática - entre as suas partes individuais. Mesmo aceitando que em Menger algo fora dos indivíduos tenha alguma efetividade através da existência de regras e instituições que condicionam a sua ação, sua constituição ontológica é dada pela interação entre os indivíduos; não há relações *sociais* objetivas, mas sim uma rede de relações intersubjetivas, na qual cada um é objeto para a satisfação dos desejos do outro. Mas, além disso, os vínculos sociais são mantidos na medida em que são funcionais para o atendimento das necessidades dos indivíduos.

Um passo além na ontologia implícita na obra de Menger, a partir da interpretação de Franz Bretano das categorias ontológicas de Aristóteles (Smith, 1994, cap.3),<sup>5</sup> permite precisar melhor a analogia com a ontogênese proposta em Hodgson (1993). A metafísica Aristotélica pode ser resumida em uma trinca de pares de categorias que procuram dar conta do Ser em sua continuidade e movimento<sup>6</sup>. O primeiro desses pares é constituído pela essência- acidente. A essência é o ser em si mesmo, aquilo que subsiste por si próprio, enquanto o acidente é um elemento subordinado do ser. A essência corresponde a substância (ousia) que é entendida por Aristóteles como a unidade de matéria, o que sobra se retirarmos todas as determinações do ser, e forma, o “isso” que a coisa é, a sua determinação. Esse par conceitual é concebido também na compreensão do movimento: a matéria indeterminada persiste às mudanças, mas é passível de receber várias formas. Assim, a substância ou a essência do ser é gerada e destruída e a cada momento existe em ato – como matéria que tem uma forma – e como potência – como matéria que pode receber uma forma diferente da efetiva<sup>7</sup>.

O ponto de partida para compreensão da analogia proposta consiste na concepção essencialista do ser presente na obra de Menger. Em termos categoriais, essa concepção afirma que elementos simples são essenciais na constituição do mundo. Esses elementos são universais: permanecem enquanto o mundo existir e, portanto estão presentes em qualquer circunstância de tempo e local (Smith, B.; 1994 p.81. p.323).

Os elementos essenciais servem de suporte para as formas em que se apresentam. Mas essas formas são apenas extensões modais da essência; em outras palavras, a essência é uma coisa e a essência estendida com seus acidentes e formas permanece sendo a mesma coisa (Smith, B; 1994, pp.70-71). Assim, o ser, aquilo que a coisa é, se define pela essência entendida como a matéria aristotélica - e não como unidade de matéria e forma.

5 Smith, B. (1994, cap. 10) ressalta a importância do aristotelismo, base da escolástica, como fundamento do ensino austríaco, sendo a Áustria um país católico.

6 Bernhardt, J. (1983) e Aristóteles (2004).

7 Essas definições estão dispersas em Aristóteles (2004)



A concepção essencialista se compatibiliza com a ontologia individualista de Menger. Se a essência simples que constitui o mundo são os indivíduos caracterizados pela intencionalidade, as instituições sociais são meras extensões dessa essência. Por outro lado, a concepção ontogenética encontra seu fundamento ontológico: da mesma forma que a evolução de um organismo são extensões modais da sua constituição genética - a essência que constitui um organismo -, os diferentes estágios de evolução da economia que culminam com a instituição monetária são apenas a extensão no tempo das ações de indivíduos na busca de satisfação de seus desejos.

### **3. A abordagem histórico-estrutural da gênese do dinheiro**

Uma outra abordagem para a origem e natureza do dinheiro pode ser encontrada na obra de Marx. Essa abordagem será designada aqui como abordagem histórico-estrutural uma vez que compreende a gênese do dinheiro no quadro geral das transformações de relações sociais estruturadas. Nessa abordagem, o dinheiro é compreendido como uma relação social, isto é, como o vínculo entre produtores privados interdependentes devido à divisão do trabalho. Tal relação entre produtores privados constitui a forma como a produção social é organizada em uma sociedade mercantil. Assim, entender a gênese do dinheiro significa entender a gênese dessa relação. É preciso ressaltar que a abordagem de Marx aqui exposta se refere a gênese histórica do dinheiro, sumariada no capítulo 2 de “O Capital” e dispersa em diversos pontos de sua obra. Não se trata, portanto da derivação do dinheiro a partir das características da mercadoria realizada no capítulo 1 de “O Capital”.

Na abordagem histórico estrutural de Marx a origem da troca é identificada no encontro casual de duas comunidades nas quais se produziu um eventual excedente ou ainda no encontro, também casual, entre uma comunidade nômade com excedente - fundamentalmente de gado - e uma comunidade fixada em algum território (Marx, 1981, p.98).

Deve-se compreender primeiramente a natureza dessa troca. Trata-se de uma situação eventual, na qual o produto trocado não é produzido com o objetivo da troca, isto é, como mercadoria. Nessas circunstâncias a troca é mero acidente, com o que quer se denotar não apenas sua eventualidade, mas também sua definição no sentido aristotélico: algo que ocorre ao ser mas que não o define, pois sua essência pode subsistir sem essa ocorrência. Nesse caso não existe a necessidade do dinheiro.

As circunstâncias se alteram quando o contanto que gera a troca se torna contínuo; nessa situação parte da produção interna passa a ser gerada para



a troca. É nesse momento que ocorre a separação entre valor de uso e valor de troca e parte da produção de uma sociedade se torna produção de mercadorias (Marx, 1981, p.98) .

Como passa a haver continuidade nas relações de troca pode se situar nesse ponto o surgimento das relações mercantis; ao mesmo tempo, o momento em que surge a relação mercantil é também o momento em que surge o dinheiro. A repetição contínua dos atos de troca leva à necessidade de comparação dos valores das mercadorias e esta comparação é estabelecida por meio de uma única mercadoria que se torna assim equivalente geral (Marx, 1981, pp.98-99) . Na abordagem histórico-estrutural de Marx, porém, esse é apenas o ponto inicial da gênese da relação mercantil e do dinheiro; confirme afirma Marx (1971) “Las condiciones bajo las cuales una relación aparece por primera vez nos ha la hecho visible, pero en mudo algun en su pureza ni en su totalidad.” (p.140)

A existência do dinheiro não é o suficiente para caracterizar uma sociedade mercantil. Por sociedade mercantil entende-se aquelas sociedades em que a forma dominante do produto social é a forma de mercadoria e que, portanto “a riqueza (...) configura-se em uma imensa acumulação de mercadorias” (Marx, 1981, p.41); em outras palavras a sociedade mercantil é a sociedade capitalista. Deve se notar que a definição de sociedade mercantil dada aqui difere da de Polanyi (1980) segundo a qual uma sociedade de mercado seria aquela em que “Ao invés da economia estar embutida em relações sociais são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico.”(p.72). Como se pode perceber pelos argumentos aqui desenvolvidos a distinção entre relações sociais e economia não faz sentido na abordagem de Marx, embora haja diversos pontos de convergência dessa abordagem com a de Polanyi.

Marx observa que as trocas têm um papel subordinado em sociedades anteriores a sociedade mercantil. Em primeiro lugar é preciso notar que nessas sociedades o trabalho não é realizado com o objetivo de obter uma quantia em dinheiro. Desde que as relações de propriedade dominantes incluam a posse dos meios de produção por parte dos produtores diretos, não há necessidade da troca para a sua reprodução. Da mesma forma aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção – desde que estejam separados dos que detêm a sua posse – dependem apenas da exploração do trabalho dos produtores diretos para sua reprodução. Uma vez que os produtores diretos detêm a posse dos meios de sua reprodução, tal exploração não se fundamenta na necessidade destes venderem sua capacidade de trabalho como mercadoria. Assim, a reprodução dos proprietários depende da coação direta, extra-econômica dos produtores diretos (Marx, 1981a, p 906).

Dessa forma a produção mercantil, mesmo quando regular e contínua ou até especializada, era apenas a produção de um excedente em relação às necessidades de reprodução da sociedade; sendo um meio para o aumento dos tesouros e do consumo dos proprietários (Marx, 1981a, p.375). Nesse sentido,

apesar de não ser mais eventual, a troca permanece como um acidente, uma vez que as sociedades nas quais esteve presente poderiam continuar existindo sem ela.

O caráter subordinado da troca pode ser observado também no seu escopo limitado. É característica das sociedades pré-capitalistas a ausência de mercados integrados; a troca restringe-se ao comércio de longa distância e ao comércio local. A integração entre esses dois *locus* da troca e entre os diferentes tipos de produtos negociados no mercado está ausente nessas sociedades<sup>8</sup>. Da mesma forma, dada às relações de propriedade que condicionavam a reprodução dessas sociedades, a gama de produtos nos mercados era restrita. Assim de acordo com Finley (1985), “(...) ancient society did not have an economic system which was an enormous conglomeration of interdependent markets” (Finley, 1985, p.22), e o Bloch ao se referir a sociedade feudal, assinala o que foi denominado aqui com caráter acidental da troca: “A sociedade daquele tempo não desconhecia evidentemente nem a compra nem a venda, mas não vivia, como a nossa, da compra e da venda.” (Bloch, 1982, p.87)

Finalmente o caráter subordinado da troca pode ser percebido pela sua finalidade. Em sociedades anteriores a sociedade mercantil a produção para a troca visava o valor de uso. Isso é evidente na troca realizada entre produtores que toma o formato M-D-M, designado por Marx (1981) como circulação simples. Mas mesmo a troca realizada por intermediários, o comércio, permanece subordinada à finalidade do valor de uso. Embora os comerciantes tenham como objetivo comprar barato para vender caro, seu papel é o de intermediário entre diferentes produtores envolvidos em relações de produção que tem como objetivo o valor de uso (Marx, 1981a, p.381); como atividade de intermediação o comércio pré-capitalista permanece subordinado à finalidade do valor de uso posta na produção.

Assim, a existência de uma sociedade mercantil só pode ser identificada quando a forma mercantil se generaliza como forma de organização da produção social. O pressuposto para essa generalização é a transformação da força de trabalho em mercadoria, passando o dinheiro a ser finalidade e produto do trabalho (Marx, 1971, p.158). É só nessas condições que o dinheiro se torna a forma geral da riqueza.

Compreende-se assim a origem e a natureza do dinheiro na abordagem histórico-estrutural de Marx. Nessa abordagem, é por meio do dinheiro que se estabelece a relação entre os produtores de mercadorias; mais do que um instrumento para permitir o cálculo e o ato da troca o dinheiro é o elemento que estabelece o vínculo das relações mercantis. Ao mesmo tempo o surgimento do dinheiro na cena histórica não é o suficiente para entender sua gênese; essa só está completa quando as relações mercantis se estabelecem como elemento dominante na reprodução da sociedade; em outras palavras, a gênese do dinheiro é compreendida em um processo de vir a ser.

#### **4. Abordagem ontogenética e abordagem histórico-estrutural: contrastes e avaliação**

Após essa sumária apresentação da gênese do dinheiro na abordagem histórico estrutural de Marx é possível estabelecer as diferenças entre essa abordagem e a de Menger. Na abordagem histórico-estrutural - da mesma forma que na abordagem de Menger - o dinheiro não surge pelo decreto do Estado ou por uma convenção estabelecida conscientemente pelos agentes. Na abordagem de Marx o dinheiro surge como resultado de um processo social, mas, ao contrário da abordagem de Menger, esse processo não é entendido como a interseção de indivíduos e sim como o processo de transformação das relações sociais. No lugar de ser apreendido como um instrumento funcional para o atendimento das necessidades dos indivíduos, como em Menger, o dinheiro é apreendido como a condição de existência dos agentes em sua determinação de produtores de mercadorias.

Na abordagem histórico estrutural de Marx, o dinheiro não emerge como a extensão de uma essência; ao contrário ela emerge como resultado da transformação do ser social. Essa observação permite avançar algumas diferenças fundamentais entre os pressupostos ontológicos da abordagem de Marx e da abordagem de Menger.

O primeiro ponto a ser destacado é a concepção de sociedade presente na abordagem histórico estrutural de Marx. Nessa abordagem a sociedade é formada por um conjunto de relações sociais que consistem em práticas que se reproduzem e assim se estabelecem como estruturas sociais. A cada momento os homens estabelecem relações em condições pré-existentes que resultam de práticas passadas. A cada momento os homens conformam-se a essas condições e pode-se falar de estrutura ou de relações sociais estruturadas, no sentido das condições que são prévias à ação de indivíduos e grupos e as tornam possíveis, embora as estruturas só se reproduzam pela ação. Em tal abordagem há uma precedência ontológica das estruturas.

Nesse ponto o contraste com a abordagem de Menger não poderia ser mais claro. Na abordagem de Marx a sociedade é compreendida a partir de suas estruturas; tais estruturas têm efetividade e são apreensíveis em si mesmas e como condição de existência da ação, embora sejam reproduzidas por esta. Na abordagem de Menger, não há estruturas; os elementos macrosociais são entendidos como intersubjetivos e sua compreensão é remetida aos indivíduos em seu agir intencional. Trata-se, portanto, de um contraste entre o que pode-se chamar de uma ontologia das práticas estruturadas e uma ontologia do agir intencional.

O reconhecimento do primado ontológico das estruturas na abordagem de Marx não implica em uma concepção estática e universal da sociedade. É

possível reconhecer um elemento que é condição da reprodução material da vida em qualquer sociedade, qual seja a distribuição do tempo de trabalho da sociedade de acordo com as suas necessidades (Marx, 1989, pp.443). No entanto é impossível definir o que é a economia, e menos ainda a sociedade, a partir desse único elemento. Essa rejeição a um apriorismo universalista pode ser identificada na afirmação de Marx (1986, p.6) de que as “condições gerais” da produção são “fatores abstratos” que “não explicam nenhum grau histórico efetivo da produção”. O elemento transhistórico da sociedade é indeterminado, assim como a matéria aristotélica<sup>9</sup>.

Na abordagem de Marx, a compreensão do que são as relações econômicas requer ir além da indeterminação contida no elemento transhistórico; é preciso considerar a forma dessas relações, o “isto” que a coisa é. Em outras palavras, fazendo uma analogia com as categorias da metafísica aristotélica, o ser social concreto constitui-se como unidade de um elemento geral e indeterminado – correspondente a matéria aristotélica - e forma – a determinação da coisa. Em contraste com a abordagem de Menger, na abordagem histórico-estrutural a forma não é apenas uma extensão de uma essência supra histórica, mas sim um ente a mais da própria essência do ser social que o modifica e define aquilo que a sociedade é. Assim, a origem do dinheiro na abordagem de Marx - e a transformação da organização social da produção em uma organização mercantil - nos revela como a forma de organização da reprodução material da sociedade se altera, ou como as relações econômicas se transformam.

Não cabe aqui entrar na discussão da literatura marxista sobre a transição entre as diversas formas de organização da produção social; trata-se de apenas apontar os elementos presentes na gênese do dinheiro na abordagem de Marx. A troca que em determinado momento surge como acidente, produto do acaso se torna uma forma de organização da produção social e como tal um elemento da essência da sociedade. Esse atributo acidental pode provocar a dissolução da forma de organização da produção social (Marx, 1981a, p.382; 1986). Por outro lado, o acidente, a relação mercantil no caso, só é alçado a categoria de forma de organização da produção social se as condições para tal estiverem postas; tais condições derivam de acasos, das contradições e dos conflitos gerados pela ação dos agentes – individuais e coletivos - na forma em dissolução (Marx, 1981a, p.382).

Assim, pode se considerar que na abordagem de Marx o ser social pode mudar de forma, se transformar. Deduz-se daí que o dinheiro em tal abordagem não pode ser visto como apenas o resultado da evolução de uma essência como em Menger. Se a sociedade, e com ela as relações econômicas, se transforma - como resultado de acasos, contradições e possibilidades efetivas - ela não simplesmente evolui, como uma essência que se estende no tempo como em Menger, mas ela é história, um algo que se constitui como permanente vir a ser. É nesse processo de transformação que se compreende a gênese e

9

A analogia entre Marx e as categorias aristotélicas também é relevante, como assinala Smith, B. (1994); a influência do pensamento aristotélico em Marx também é apontada por Vadée, M. (1992).

natureza do dinheiro em Marx.

Nesse ponto o contraste com a abordagem de Menger é bastante significativo. Menger não deriva a existência da troca, e consequentemente do dinheiro, a partir de condições históricas determinadas. Para Menger a existência da troca pode ser derivada a partir do princípio geral da busca por parte dos indivíduos do “maior empenho no pleno atendimento de suas necessidades” (Menger, 1987, p.324). Uma vez existindo a troca, como resultado da consciência crescente dos indivíduos no atendimento de seus desejos sua evolução é meramente quantitativa. Nesse sentido, os estágios de evolução da economia em Menger podem ser classificados de acordo com a importância quantitativa da troca: desde a situação da economia auto-suficiente até as trocas monetárias e o sistema de produção sem venda certa (Menger, 1987, pp.359-360).

A partir do esquema evolutivo apresentado no parágrafo acima não é possível falar de uma sociedade mercantil, no sentido definido nesse artigo, em Menger. No entanto o conceito de troca utilizado pelo autor e seu esquema evolutivo permite uma aproximação desse conceito. Para Menger (1987, p.324) a troca abrange “todas as transferências parciais de bens econômicos, na medida em que ocorre pagamento”. Uma vez que para o autor o trabalho é uma atividade útil que pode ser classificada como bem de segunda ordem, desde que os homens se interessem em produzir tais bens e que haja troca, o trabalho assalariado está dado.

Ao conceituar o trabalho como um bem de segunda ordem, Menger elimina as relações de propriedade enquanto relações sociais, e, portanto históricas, de sua abordagem. Entretanto, como um autor sofisticado e atento aos intensos debates com os socialistas na Áustria de sua época, Menger procura uma explicação para a propriedade privada. Para Menger a propriedade privada resulta da combinação da existência de bens cuja demanda é maior que a oferta, dependendo a demanda dos desejos dos indivíduos e não de alguma escassez objetiva, e do “instinto egoístico do homem” (Menger, 1987, p.270), ou seja, a propriedade privada resulta de condições naturais.

Pode se afirmar, portanto que para Menger as relações de propriedade correspondentes à sociedade mercantil são um pressuposto dado pelos instintos humanos e pela busca da satisfação dos desejos por parte dos indivíduos. Em seu estágio inicial a propriedade privada aparece como um conjunto de indivíduos ou unidades familiares auto-suficientes; a consciência crescente dos interesses econômicos leva a sua evolução para a economia mercantil. Nesse sentido, pode se afirmar que para Menger as relações de propriedade correspondentes à sociedade mercantil estão na “constituição genética” da sociedade e apenas emergem com a sua evolução. Dessa forma, embora partindo de bases diferentes, o argumento converge com a crítica de Hodgson (1993, p.119) à abordagem de Menger, qual seja, a de que Menger pressupõe o que deveria ser explicado.

O pressuposto das relações de propriedade mercantis em Menger deriva-se de sua ontologia individualista e essencialista explanada nesse artigo. Se a sociedade é formada por indivíduos caracterizados pela ação intencional, suas relações com as condições materiais da vida – que constituem as relações de propriedade – e com os outros – no caso do trabalho que também é uma condição material da vida, ainda que subjetiva – é uma relação meramente individual, ou seja, a forma de apropriação dessas condições é a forma privada.

O pressuposto das relações mercantis impede que a abordagem de Menger possa explicar o papel que o dinheiro, e com ele o papel das trocas mercantis, desempenha em diferentes momentos históricos. Ao contrário, a abordagem histórico estrutural de Marx oferece um esquema explicativo em que as trocas mercantis exercem o papel acidental e o de forma da organização da reprodução social em diferentes momentos da história. Assim, enquanto a troca tem apenas o papel de um acidente na reprodução da sociedade o dinheiro surge em suas determinações de medida do valor e meio de troca. Quando a troca e a produção mercantil se tornam a forma de organização da reprodução social o dinheiro adquire o papel de forma universal da riqueza. Em contraste, Menger não aborda essa última dimensão do dinheiro restringindo sua natureza a de meio de troca, uma vez pressuposta a relação de propriedade característica da sociedade mercantil.

### **Considerações Finais**

O objetivo desse trabalho foi fazer uma apreciação crítica da teoria de Menger da origem do dinheiro. Procurou-se argumentar que a abordagem de Menger se fundamenta em uma ontologia individualista e essencialista, e que, portanto só pode incluir a evolução de relações já pressupostas, caracterizando assim uma abordagem ontogenética. É partindo desses pressupostos que Menger explica a origem do dinheiro. Procurou-se demonstrar que tais pressupostos limitam o poder explanatório da teoria de Menger sobre o dinheiro à explicação de sua função de meio de troca em uma sociedade que já é uma sociedade mercantil.

Procurou-se contrastar a abordagem de Menger com a abordagem de Marx para a origem do dinheiro. Tal abordagem foi designada como histórico estrutural, pois se centra na transformação das relações sociais estruturadas, transformação essa que modifica a própria substância da sociedade. Argumentou-se que tal abordagem em maior poder explanatório no que diz respeito às transformações qualitativas por que passou o dinheiro ao longo da história.

## Referências

- ARISTÓTELES. *Metaphysics*. Adelaide, [eBooks@Adelaide](#), The University of Adelaide Library, 2004.
- BERNHARDT, J. Aristóteles. In: CHÂTELET, F.(org.) *História da Filosofia. Idéias, doutrinas. Vol I A Filosofia Pagã*. Lisboa, Dom Quixote, 1993.
- BLOCH, M. *A Sociedade Feudal*. Lisboa, Edições 70, 1982.
- FINLEY, M. *The Ancient Economy*. Berkeley, University of California Press, 1985.
- HODGSON, G. M. *Economics and Evolution. Bringing life back into economics*. The University of Michigan Press, 1993
- MARX, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (borrador) 1857-1858, vol I. Siglo Vienteuno, México, 1971..
- MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro 1, vol.1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro 3, vol.5 e vol.6. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981a.
- MARX, K. *Para a Crítica da Economia Política*. Coleção Os Economistas, São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- MARX, K. Sobre a lei do valor. Carta a L. Kugelmann de 11 de junho de 1868. In: FERNANDES, F. (org.) *Marx e Engels*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 36. São Paulo, Ática, 1989.
- MENGER, C. *Princípios de Economia Política*. São Paulo, Nova Cultural, 1987.
- MENGER, C. "On the Origins of Money". *Economic Journal*, Vol 2, 1892. URL: <http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3113/menger/money.txt>
- POLANYI, K. *A Grande Transformação. As origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- SMITH, B. *Austrian Philosophy. The legacy of Franz Brentano*. Chicago, Open Court Publishing Company, 1994. URL: [http://ontology.buffalo.edu/smith/book/austrian\\_philosophy/](http://ontology.buffalo.edu/smith/book/austrian_philosophy/)
- VADÉE, M. *Marx Penseur du Possible*. Paris, Meridiens Klincksieck, 1992.

Recebido em: 31 de outubro de 2010

Primeira resposta em: 16 de novembro de 2010

Aceite em: 25 de abril de 2011